



EXTENSÃO RURAL E SABERES AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA DE MONTE ALEGRE DE GOIÁS (GO)

VALMIR CRISPIM DOS SANTOS

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós Graduação em Geografia - Regional Catalão.
Membro do Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e
Movimentos Sociais – GETeM
Contato: valmircrispim@hotmail.com

MARCELO RODRIGUES MENDONÇA

Docente do Programa da Pós Graduação em Geografia
Instituto de Estudos Socioambientais - IESA/UFG
Contato: ufgmendonca@gmail.com

Resumo: A microrregião da Chapada dos Veadeiros localizada no Nordeste de Goiás foi ocupada no século XVIII, com a exploração do ouro utilizando trabalhadores na condição de escravos. A resistência ao trabalho escravo levou a formação na região do maior núcleo quilombola do Brasil. Nessa pesquisa analisaremos as metodologias da política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)¹, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e direcionada aos camponeses quilombolas de Monte Alegre de Goiás. Adotamos um recorte de dez anos (2003 a 2013), período em que ocorreu a criação do Programa Brasil Quilombola, que prevê uma série de políticas públicas às comunidades² quilombolas no Brasil, dentre elas a Ater.

Palavras chaves: extensão rural, agroecologia, camponês, quilombola, Kalunga.

¹ Prática de prestar orientação técnica especializada ao homem do campo importada dos Estados Unidos no final da década de 1940 pelo governo brasileiro. Assistência técnica e extensão rural são termos semelhantes podendo ser utilizados separadamente sem prejuízo ao seu significado original.

² Segundo Fernandes (1973), comunidade se caracteriza pela existência de um grupo de pessoas que vivam juntos, de modo tal que partilhem das condições básicas de uma vida em comum. Segundo o autor os membros de uma comunidade podem viver totalmente dentro dela. (FERNANDES, 1973, p. 122). Para Claval (2007, p.114), uma comunidade pode ser formada a partir de elos de sangue e de aliança que unem membros de uma mesma família ou orientação religiosa.



Introdução

Repetimos que o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julgam não sabedor; o conhecimento se constitui nas relações homem mundo, relações de transformação que se aperfeiçoam na problematização crítica dessas relações (Paulo Freire)

A microrregião da Chapada dos Veadeiros no Nordeste Goiano, foi ocupada no século XVIII por mineradores que extraíam ouro através do trabalho escravo. A resistência dos trabalhadores levou a formação do maior núcleo quilombola do Brasil. São os povos Kalunga³, que estão espalhados pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Ocupam uma área de aproximadamente 2.570 km², habitada por cerca de 5.000 pessoas, distribuídas em vários núcleos ao longo do Rio Paranã.

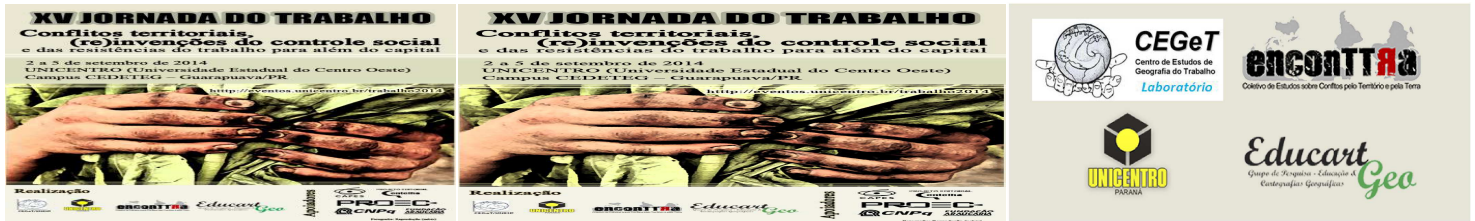
O reconhecimento do Território⁴ Quilombola Kalunga como local de importância histórica e cultural ocorreu através da lei estadual nº 11.409, de 21 de janeiro de 1991. A referida lei colocou como razão fundamental para a criação do Sítio Histórico Kalunga, a necessidade de “[...] garantir a integridade territorial da área delimitada e protegê-la contra esbulhos possessórios, podendo para tanto, proceder às necessárias desapropriações”. Passados dezoito anos a desapropriação da área ocupada pelos Kalunga ainda não ocorreu, sendo esse o principal desafio à continuação das práticas culturais que se concretiza no modo de ser e de viver desse povo.

Além da desapropriação da área que constitui o Território Quilombola Kalunga, outros programas governamentais de promoção social de incentivo à preservação cultural necessitam ser consolidados, visando o fortalecimento da comunidade e a manutenção dos *saberes e fazeres*⁵, tradicionais e importantes para os quilombolas.

³Conforme (Vila Real, 1996) Kalunga é um termo banto que significa força suprema de poder ilimitado (VILA REAL, 1996, p. 17).

⁴Nessa pesquisa utilizamos o conceito de “território vivido” conforme SANTOS (1999, p. 8).

⁵Entendemos como *saberes e fazeres* as práticas socioculturais que constitui o modo de ser de uma determinada comunidade, e no caso em análise dos Povos Quilombolas Kalunga.



Outro desafio colocado à Comunidade Kalunga é a soberania alimentar. Até meados da década de 1990, os Kalunga viviam exclusivamente da agricultura tradicional, da caça e da pesca, abundantes na região do Vão do Rio Paranã⁶. Com a chegada do “modo moderno de viver”, caracterizado pelo consumo de produtos industrializados, ocorreram mudanças significativas no modo de vida da população local. Perderam-se práticas agrícolas e saberes que sustentam um modelo de produção, expresso em princípios agroecológicos.

Diminuíram os cultivos nas “roças de toco”⁷ próximas aos riachos, os plantios de mandioca e até os quintais de plantas medicinais. Isso posto observa-se a necessidade de fortalecer a produção de alimentos, resgatando práticas agrícolas e valorizando os saberes agrícolas tradicionais, como forma de garantir a soberania alimentar.

A valorização dos *saberes e fazeres* agrícolas tradicionais da Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, passa por algumas medidas, incluindo o envolvimento da população na potencialização de determinadas práticas que em parte são expressas em políticas públicas. A Ater disponibilizada aos camponeses quilombola é um exemplo dessas políticas.

O interesse em pesquisar a política de Ater nas Comunidades Quilombolas Kalunga, surgiu da necessidade de construir coletivamente metodologias que possam valorizar, resgatar e preservar os saberes agrícolas tradicionais existentes nos territórios quilombolas, colaborando para a consolidação de práticas agroecológicas como o cultivo de sementes crioulas, assegurando a diversidade genética e a independência em relação ao comércio mundializado de produtos geneticamente modificados.⁸

Na pesquisa analisamos as metodologias utilizadas na extensão rural na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO), e os avanços que poderão ocorrer, uma vez que, novas metodologias estão sendo empregadas com

⁶ O Vão do Paranã é uma forma alongada no sentido norte sul, como um corredor espremido, alinhamentos elevados de serras e chapadões; ao mesmo tempo um “buraco”, as profundezas de um espaço (BARREIRA, 2002, p. 91).

⁷ A implantação do cultivo é feito após a derrubada e a queima dos restos vegetais da área, restando os “tocos”, ou seja, a parte das árvores que não são retiradas.

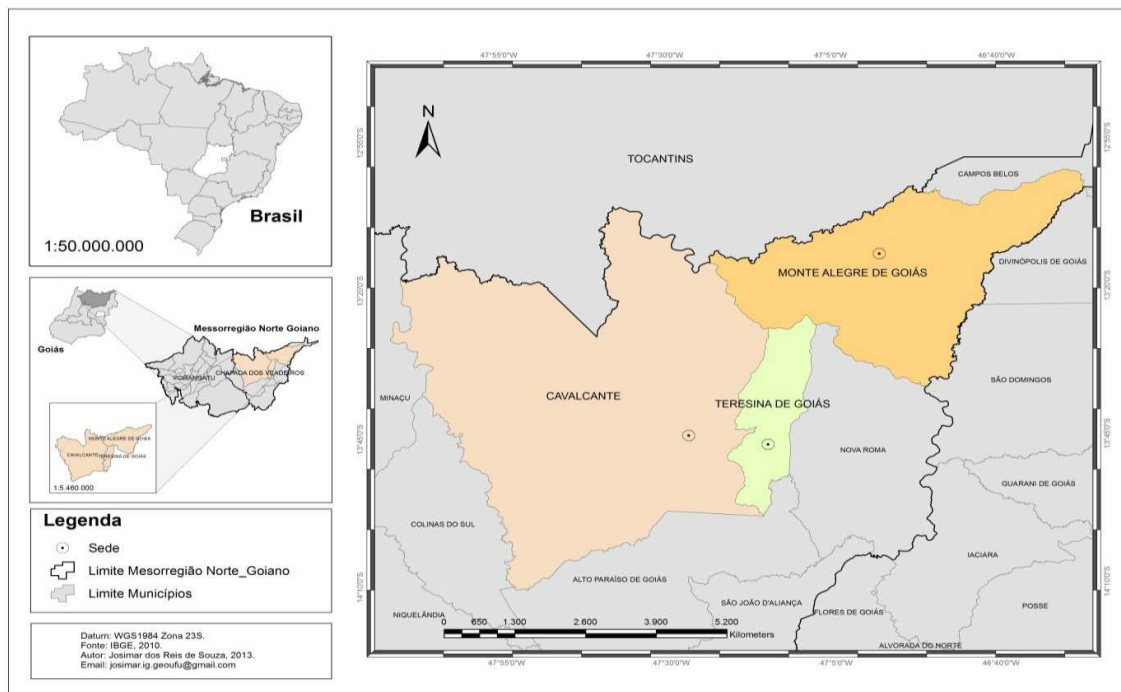
⁸ Não reconhecemos os produtos geneticamente modificados de sementes, pois na prática camponesa “semente” possui outros significados.



sucesso em outras regiões do mundo, a exemplo de Cuba e Costa Rica. Construir metodologias em Ater que possam atender as necessidades dos camponeses quilombolas é a maneira de contribuir para que a prestação desse serviço possa efetivar com respeito aos *saberes e fazeres* com garantia da soberania alimentar.

O Território Quilombola Kalunga está localizado na Mesorregião Geográfica Nordeste Goiano, Microrregião administrativa da Chapada dos Veadeiros, a 600 km de Goiânia e 430 km de Brasília. A área se estende pelos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás (mapa 1).

Mapa 01: municípios onde localiza o Território Quilombola Kalunga de Goiás.



Autor: Josimar Reis (2013). **Organização:** SANTOS, V. C.

A ocupação da região remonta ao século XVIII, com a descoberta de ouro no Norte da Capitania de Goiás. Segundo Palacin; Moraes (1994) “Os dias de apogeu da mineração no Norte de Goiás foram breves. O precioso metal foi intensamente explorado entra as décadas de 1730 a 1750”. Após a decadência do ouro a região foi ocupada por criadores de gado bovino oriundos do Estado da Bahia, que aproveitavam as extensas áreas naturais para pastejo dos animais. Conforme Barreira:



[...] as formas espaciais geradas no passado convivem com as formas recentes. A área sofreu uma reorganização a partir dos anos 70, com a reocupação do oeste baiano, altos investimentos na agricultura, principalmente por imigrantes vindos do Sul do país, e a influência do Distrito Federal e da implantação da BR-020, que liga Brasília ao Nordeste, passando pelo sul do Vão do Paranã (BARREIRA, 2002, p. 22).

Essa forma de ocupação do espaço se expressa atualmente no agronegócio que impacta as atividades econômicas dos municípios goianos limítrofes ao Território Quilombola Kalunga. A migração da agricultura camponesa para o agronegócio ocorre rapidamente na região, e com ela os problemas inerentes a atividade.

A pesquisa está sendo realizada na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás, que conta com uma população de 1.500 habitantes, espalhados nas localidades de Pelotas, Boa Vista, Bom Jardim, Tinguizal, Barra, Riachão, Sucuri, Areia, Saco Grande, Cural da Taboca e São Pedro. Dados da Agência Goiana de Defesa Agropecuária (2014), mostram que nessa região existem 110 pequenas propriedades rurais cadastradas no órgão. Serão as metodologias do serviço de Ater disponibilizados a essas famílias o objeto da pesquisa.

A extensão rural chega ao Brasil

O processo de transferência de tecnologia dos centros de pesquisas aos camponeses brasileiros vem da década de 1940, com a chegada do serviço de Ater, introduzido no país através de convênio firmado entre o Governo Mineiro e a Fundação Rockefeller⁹. O objetivo era transferir aos agricultores brasileiros os pacotes tecnológicos da Revolução Verde¹⁰, dentro do ideário americano de disseminar sua tecnologia para o mundo, visando a produção de *commodities* para exportação e consequentemente potencializar o consumo de produtos das indústrias americanas. Na década de 1950, o serviço expandiu para outras unidades federativas através da criação

⁹ Criada nos Estados Unidos em 1913, a Fundação Rockefeller define sua missão como sendo a de promover, no exterior, o estímulo à saúde pública, ao ensino, a pesquisa e a filantropia.

¹⁰ A essência da Revolução Verde, hoje gerida explicitamente pelo capital financeiro, que controla o pequeno grupo de multinacionais que detêm as patentes das sementes e a produção de fertilizantes e agrotóxicos, é mudar o ambiente e implantar as imensas monoculturas, incorporando grandes contingentes energéticos via “insumos modernos”, produtos do petróleo, todos produzidos pelas multinacionais com braço no agronegócio e controlados pelo capital financeiro mundializado (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 54).



da Associação Brasileira de Crédito e Extensão Rural Agência Brasileira de Crédito Agrícola (ABCAR).

Em 1974, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), consolidando a estatização do serviço de extensão rural no Brasil. A criação da EMBRATER está inserida em um contexto onde o capital internacional buscava a “modernização” de suas práticas agrícolas no país, culminando com a apropriação dos territórios camponeses brasileiros, especialmente nas áreas de Cerrado. Mendonça (2004), chamou de “[...] de modernização conservadora da agricultura, com profundas transformações sócio espaciais no território goiano. Como exemplo o processo de desterritorialização dos *povos cerradeiros*¹¹”. A extensão rural aparece nesse contexto exercendo um importante papel determinado pelo capital: promover os pacotes da Revolução Verde.

A EMBRATER coordenou os trabalhos de Ater até 1991, quando foi extinta pela reforma do Estado proposta pelo Presidente Collor. Foi também o esgotamento por completo do “*difusionismo inovador*¹²”, metodologia empregada nas práticas extensionistas desde a década de 1970.

Na segunda metade da década de 1990, com o aumento das reivindicações dos movimentos de trabalhadores na luta pela terra e na busca de melhores condições de vida no campo, o governo acenou com avanço na política de reforma agrária e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essas medidas vieram acompanhada da criminalização dos movimentos sociais no Brasil.

A disposição de crédito através do PRONAF significou também o aumento da demanda pelos serviços de assistência técnica e extensão rural. A realidade constatada nesse momento foi de que as instituições estaduais de extensão rural não dispunham de condições para fazer frente aos clientes que ora se apresentavam. Os camponeses começavam pagar pelos serviços de Ater em todo país.

A solução encontrada pelo governo foi a realização de convênios com

¹¹ Refere-se às classes sociais trabalhadoras que historicamente viveram nas áreas do Cerrado e constituíram formas de uso e exploração da terra a partir das diferenciações naturais e sociais, experimentando formas materiais e imateriais de trabalho. (MENDONÇA, 2004, p. 29).

¹² Essa metodologia se resume na transferência das inovações tecnológicas criadas nos centros de pesquisas ao camponês independente de sua cultura e seus saberes.



instituições não governamentais com objetivo de prestar assistência técnica aos camponeses. Não cabe aqui discutir o mérito da iniciativa, mas as experiências nos mostram que a maioria das entidades conveniadas não possuíam as condições mínimas exigidas para a prestação dos serviços de Ater.

Atualmente os serviços de Ater no Brasil estão sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que o realiza através da contratação instituições públicas e privadas de Ater. Nas Comunidades Quilombola as ações de Ater estão asseguradas no Programa Brasil Quilombola¹³ (2004), mas o “Programa Ater Quilombola”¹⁴ não possui ações específicas para a valorização dos *saberes e fazeres* agrícolas tradicionais dessas comunidades. As instituições contratadas não empregam metodologias adequadas em suas ações de Ater, haja vista que os quilombolas são agricultores com perfil diferenciado¹⁵ em relação aos demais camponeses.

As questões que dificultam os serviços de Ater nas comunidades quilombolas não diferem das colocadas pelos movimentos camponeses, e continuam sem as soluções adequadas, dado o pouco avanço na construção de uma Ater que atendam as reais necessidades dos trabalhadores da terra. Os entraves estão principalmente:

a) na reestruturação da capacidade de intervenção das políticas públicas, mediante a estabilização dos contratos firmados entre as empresas de Ater e o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

b) na democratização do planejamento de Ater nas comunidades assistidas, passando inclusive pelo fortalecimento das entidades representativas locais, reservando a elas condições de protagonistas na etapa de planejamento.

c) Utilização de metodologias e matrizes tecnológicas baseadas na agroecologia.

No último item reside o maior desafio da Ater na atualidade, tendo em vista que a mão-de-obra disponibilizada pelas entidades públicas e privadas não estão devidamente capacitada à outra prática extensionista que não seja o “difusionismo

¹³ Criado em 2004 no âmbito do Governo Federal, o Programa Brasil Quilombola constitui de uma série de políticas públicas voltadas às comunidades descendentes de escravos existentes em todo o país.

¹⁴ Existe no âmbito do MDA um programa de Ater voltado exclusivamente às comunidades quilombolas.

¹⁵ A diferença fundamental está na capacidade de absorver as tecnologias disponibilizadas pelos pacotes da Revolução Verde, pois segundo o Programa Brasil Quilombola o índice de analfabetismo entre as pessoas com idade acima de 25 (vinte e cinco) anos chega a setenta e cinco por cento da população.



inovador” atrelado ao crédito. A qualificação de mão-de-obra para atuar nas ações de Ater, merece ser encarada com seriedade pelo Poder Público (governo e academia), e Movimentos Sociais. Em Goiás existe um único curso de Pós Graduação em Agroecologia com a participação de técnicos da Ater. O interessante é que a referido curso financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), é oferecida pela Faculdade de Geografia, quando entendemos que essa visão holística das práticas agrícolas deveria partir também das Faculdades de Ciências Agrárias. Conclui-se que as questões metodológicas em Ater ainda tem um longo caminho a ser percorrido no Brasil.

Repensar o serviço de Ater dispensado aos camponeses brasileiros é de extrema importância, haja vista que os avanços nas políticas de inclusão das comunidades passa necessariamente pelo empoderamento de seus membros e pela conquista da soberania alimentar. Necessitamos de mecanismo que possibilite a prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural aos agricultores quilombolas de forma continuada e com bases metodológicas condizentes, respeitando os *saberes e fazeres* tradicionais.

Construindo uma nova Ater

A extensão rural, implantado no Brasil no final da década de 1940, seguiu o modelo americano e estava a serviço da expansão das empresas estrangeiras, coadunadas com as necessidades de expansão do capitalismo no Brasil. Era um modelo de educação voltado exclusivamente para introdução de um *pacote tecnológico*, sem levar em consideração as características sociais e culturais dos camponeses.

Na concepção de Machado e Machado Filho (2014, p. 195), “um dos muitos equívocos da extensão rural ligada a difusão da Revolução Verde foi levar aos produtores o pacote tecnológico sem considerar a inteligência e o padrão cultural do usuário da tecnologia”. Interessava apenas se o destinatário tinha condições de absorver os ensinamentos dos extensionistas. Observação que colabora com Caporal (2005), que sua crítica aos objetivos da assistência técnica e extensão rural brasileira:



[...] educar as pessoas para que viessem adotar novas ideias parece ter sido a motivação central do extensionismo, mesmo que para isso fosse necessário lançar mão de uma teoria alienante, calcada num processo educativo vertical, dominador, “bancário”, para usar a expressão do professor Paulo Freire, cujo os resultados não poderiam ser positivos para todos (CAPORAL, 2005, p. 183).

Ao incorporar essas características a extensão rural mostra que a metodologia utilizada pelo extensionismo não era adequada aos camponeses brasileiros. O processo, segundo o autor, ocorria de fora para dentro, e ao camponês caberia apenas absorver os conhecimentos trazidos pelos extensionistas e aplicá-los na propriedade. Era a Revolução Verde e sua carga tecnológica chegando ao campo sob a “batuta” da extensão rural. Para Schmitz (2010, p.113), “[...] o interesse maior, além da estratégia ideológica, era a fundação de um complexo agroindustrial, especialmente a criação de um mercado para máquinas, fertilizantes e agrotóxicos ainda não existente no Brasil”. Dessa maneira o Brasil tornaria em pouco tempo um exportador de *commodities* e conseqüentemente um grande consumidor de insumos agrícolas industrializados. A estratégia funcionou, e bem!

Analisando a extensão rural junto aos camponeses da América Latina, Freire (1983, p. 58), mostra como seu significado engloba ações que transforma o agricultor em objeto e não coadjuvante das ações educativas de caráter libertador. Segundo o autor:

O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica em invenção e em reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato (FREIRE, 1983. p. 16).

Ao contrário dessa premissa, o extensionista assumiu perante aos camponeses a condição de detentor do conhecimento, ao passo que o camponês, o de agente passivo que deveria adotar todas as orientações ditas “modernas” por ele recomendadas. Essas orientações eram compostas de um pacote tecnológico que incluía além da negação dos *saberes e fazeres* tradicionais a utilização de venenos, adubos e organismos transgênicos. Sosa et al. (2013, p. 67), chama essa prática de “extensionismo tradicional, ou seja, orientado para o mercado e baseado em receitas e



pacotes tecnológicos projetados de forma igual para todos os lugares, desvinculado das necessidades, elementos culturais e conhecimentos locais”. Foi a representação da vontade de quem a política estava a serviço.

Com a criação em 2004 da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Governo Federal inicia a reestruturação da Ater, com vistas a suprir a lacuna existente nas comunidades camponesas em todo país. A nova extensão rural seria construída com novos conceitos e eixos metodológicos, tendo nos princípios agroecológicos sua principal sustentação. Significará um grande avanço na forma de ação que pouco evoluiu desde sua implantação no Brasil, conforme Schmitz:

No Brasil, o serviço de assistência técnica e extensão rural pública e gratuita através dos órgãos governamentais, até hoje não passou por uma redefinição de seus métodos e, atualmente, outras entidades descentralizadas têm assumido também esse papel. O trabalho dá uma ideia geral dos métodos participativos de inovação na agricultura, suas interrelações e os seus pressupostos, chamando a atenção para os métodos utilizados no passado e na atualidade, propondo algumas definições e identificando problemas nas suas aplicações (SCHMITZ 2010, p. 110).

A concepção de PNATER difere do modelo americano implantado no Brasil, pois está fundamentada em novos paradigmas. O primeiro ponto é a produção com princípios agroecológicos, com respeito às questões ambientais, possibilitando a diferenciação do produto da agricultura camponesa; ademais, o aspecto social do serviço de extensão rural, nos leva a acreditar na disposição de um serviço público, gratuito e de qualidade.

A estruturação e o avanço de novas práticas em Ater contribuirão para a preservação dos saberes agrícolas tradicionais nas comunidades camponesas, pois significa não utilizar o modelo de extensão rural usurpador dos saberes, que nega os conhecimentos existentes e socialmente construídos para privilegiar os pacotes tecnológicos impostos a partir da Revolução Verde.

A “nova” extensão rural se transformou em política pública através da lei nº 12.188/2010, podendo ser realizada por entidades públicas e privadas devidamente cadastradas junto ao MDA. A agroecologia aparece pela primeira vez como eixo metodológico, deixando claro para qual público ela se destina, e até uma nova



concepção ideológica e de método. No entendimento de Caporal (2009), o modelo de extensão rural proposto pela PNATER se define como sendo:

[...] o processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação participante que permitam o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os *sujeitos do processo* buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo” (CAPORAL 2009, p.33 grifos nosso).

As características metodológicas e a produção com base em princípios agroecológicos, com respeito a cultura, aos *saberes e fazeres* tradicionais dos camponeses se destacam, algo que nunca fez parte dos procedimentos metodológicos do modelo ainda existente no país. Esse novo papel fica evidente na PNATER (2004):

No processo de desenvolvimento rural sustentável atualmente desejado, o papel das instituições, bem como dos agentes de Ater, do ensino e da pesquisa, deverá ser exercido mediante uma relação dialética e dialógica com os agricultores e demais públicos da extensão, que parta da problematização sobre os fatos concretos da realidade. É necessário adotar-se um enfoque metodológico que gere relações de co-responsabilidade entre os participantes, suas organizações e as instituições apoiadoras ou prestadoras de serviços, tanto na fase de planejamento como na execução, monitoramento e avaliação das ações (PNATER/MDA, 2004, p. 11)

A partir das novas diretrizes construídas pela PNATER, a Ater ganha novos rumos. Caberá ao estado e a sociedade implementar os dispositivos legais e levar ao camponês brasileiro um serviço de extensão rural de qualidade, que possa oferecer o apoio necessário na busca da soberania alimentar das comunidades rurais. Esse modelo requer uma postura diferente na prática extensionista brasileira, seja ela estatal ou privada. Segundo Dias (2004) interessa:

[...] articular posturas que buscam compreender e atribuir significados a um tipo de agricultura que se constrói a partir de suas especificidades culturais e agroecológicas. Além de certa inserção mercantil, essa corrente tende a privilegiar os modos sociais de reprodução das condições e de trabalho e de vida dos agricultores, a partir de um convívio mais harmonioso com o mundo natural, muito mais preocupado com preceitos da segurança ou soberania alimentar (2004, p. 513).



Necessitamos de consolidar as políticas ora colocadas pelo Estado, pois expressam a luta dos Movimentos Sociais, pela permanência na terra, construindo novas relações no campo brasileiro. O desafio posto para a extensão rural significa contribuir para a consolidação de uma nova realidade social no campo, e, que nessa oportunidade possa ser como lembra Freire (2002, p. 33), “[...] com respeito aos saberes socialmente construídos nas práticas comunitárias”, nesse caso, na luta diária dos povos quilombolas para preservar seu modo de viver e (re) criar seus territórios de vida.

Práticas extensionistas na comunidade quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás (GO)

A atuação da Ater na Comunidade Quilombola Kalunga de Monte Alegre de Goiás se restringe à política de crédito via PRONAF, o mesmo que ocorre em comunidades camponesas espalhadas pelo país. O problema é que as ações são específicas e encerram-se após a disposição do crédito ao camponês quilombola. A prática da extensão baseada no crédito apresenta dentre outros inconvenientes o alcance limitado de famílias, e mesmo assim, esse acompanhamento deixa a desejar em função da metodologia utilizada baseada no atrelamento do crédito com poucas ações de Ater.

Os resultados preliminares da pesquisa em que foram analisadas as ações da Ater pública disponibilizada aos povos Kalunga demonstram dentre outras a utilização de práticas metodológicas que tornaram notória a atuação da extensão rural junto as comunidades camponesas brasileiras. Os projetos de investimentos na linha PRONAF, e os relatórios de extensão nos permite afirmar que o crédito ainda continua sendo a maneira pela qual a Ater pública se faz presente junto a essa comunidade.

O direcionamento dos financiamentos na linha do PRONAF apenas à aquisição de animais bovinos com aptidão de carne é outro ponto que merece uma análise mais detalhada. Ocorre que o medo da inadimplência leva a Ater e o sistema financeiro a priorizar os financiamentos destinados a essa atividade, tendo em vista que



o bem adquirido possui maior liquidez no mercado, facilitando dessa forma o pagamento das prestações junto aos bancos.

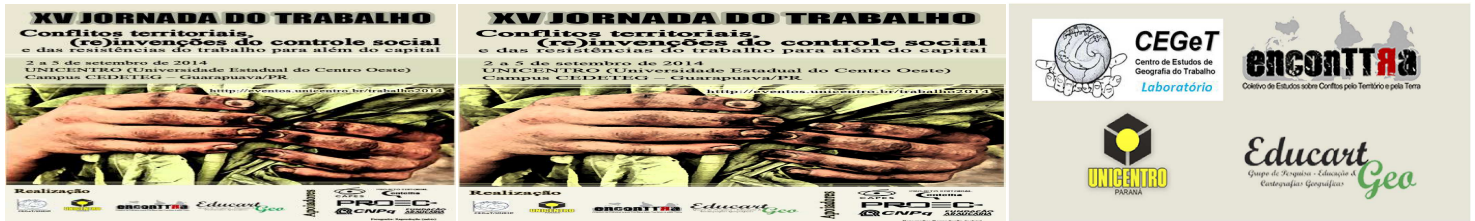
As condições da empresa pública de extensão rural - EMATER (GO), em Monte Alegre de Goiás não são suficientes para atender adequadamente às comunidades quilombolas, conforme dispõe a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Faltam recursos humanos e materiais, haja vista que a agência local possui apenas um técnico em ciências agrárias para atender todas as famílias do município, incluindo quilombolas e assentados da reforma agrária, totalizando mais de quinhentas unidades camponesas de produção.

Considerações

Os resultados preliminares da pesquisa revelam a importância e a carência do serviço de Ater nas comunidades quilombolas do município de Monte Alegre de Goiás. Ao longo do período analisado (2003–2013), constatamos que a extensão rural assistiu a um número reduzido de famílias, não atingindo vinte por cento do total. Foram exatamente as famílias que apresentaram condições de acesso ao crédito rural via PRONAF.

Os demais registros referem-se principalmente ao comércio de sementes híbridas pela Agencia Goiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – (EMATER GO), introduzindo nessas comunidades produtos geneticamente modificados. Essas práticas associadas as recomendações técnicas contidas nos relatórios possibilitam a expropriação de saberes e fazeres tradicionais, tendo em vista que substitui os cultivos de sementes crioulas por materiais alheios e não adaptados às práticas locais. Esses materiais requer uma outra forma de cultivo, impondo a utilização de adubos e venenos como condição essencial para produção.

Acreditamos que a Ater é um instrumento importante na consolidação do desenvolvimento rural, desde que executada com metodologias capazes de envolver toda a família assistida em atividades que possam promover melhorias nas condições sociais dos camponeses, com ênfase em ações culturais com respeito aos saberes locais.



DIAS, Marcelo Miná. **Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções** propostas pelo serviço de ATES. Cadernos de Ciência e Tecnologia, v. 21 n. 3, p 499-543, Brasília, nov. 2004.

FERNANDES, Florestan. **Comunidades e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.** 2 ed. São Paulo. Nacional, 1973.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

_____, **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 22 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2002.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital.** São Paulo: edições loyola, 1985.

GOIAS. **Lei Complementar nº 19, de 05 de janeiro de 1996,** dispõe sobre sítio histórico e patrimônio cultural kalunga. Goiânia, 1996.

_____,AGÊNCIA GOIANA DE DEFESA AGROPECUÁRIA. **Cadastro de produtores rurais.** Unidade Local de Monte Alegre de Goiás, julho de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional de 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 10 de agosto de 2014.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano.** 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PALACIN, Luiz e MORAIS, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás.** 6 ed. Goiania,1994.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território.** Revista GEOgraphia, Rio de Janeiro, v. 1, n 1, p. 7-13, maio. 1999.

SCHMITZ, Heribert. **Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa.** São Paulo. Annablume, 2010.

